



**CARGO:**

**PROCURADOR**

**TURNO: MANHÃ**



**CADERNO DE PROVA OBJETIVA**

**LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO:**

1. Examine se a prova está completa, se há falhas ou imperfeições gráficas que causem dúvidas. Qualquer reclamação somente será aceita até os 15 minutos iniciais.
2. A prova consistirá de 80 questões com quatro alternativas (A, B, C, e D) das quais apenas uma é verdadeira. Leia atentamente cada questão e escolha a alternativa, marcando sua resposta no cartão resposta, cobrindo levemente todo o espaço correspondente à letra a ser assinalada.
3. Durante a prova, é vedado o intercâmbio e o empréstimo de qualquer material entre os candidatos.
4. Não poderão ser utilizados, durante a prova, recursos como: régua, dicionário, boné, calculadora, relógio digital, bem como outro material que possa indicar tentativa de fraude.
5. Esta prova terá duração de 3 horas, com início às 8h e término às 13h.
6. Legenda: N.R.A significa nenhuma das respostas anteriores. TCE-PI significa Tribunal de Contas do Estado do Piauí e CLT, significa consolidação das leis do trabalho.



**MAIS INFORMAÇÕES:**

Internet:  
[www.institutomachadodeassis.com.br](http://www.institutomachadodeassis.com.br)  
 Telefone: (86) 9438-4081

**RASCUNHO**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
70	71	72	73	74	75	76	77	76	77	78	79	80							

FOLHA DE ANOTAÇÃO DO GABARITO -  
 ATENÇÃO: Esta parte somente deverá ser destacada pelo fiscal da sala, após o término



# LÍNGUA PORTUGUESA

# QUESTÕES DE 01 A 10

## INSTRUÇÃO:

Para responder a essas questões, assinale APENAS UMA ÚNICA alternativa correta e marque o número correspondente na Folha de Respostas.

### TEXTO I

A metáfora é provavelmente a potência mais fértil que o homem possui. A sua eficiência chega a raiar os confins da taumaturgia e parece uma ferramenta de criação que Deus deixou esquecida dentro de uma das suas criaturas na ocasião em que a formou, como o cirurgião distraído deixa um instrumento no ventre do operado.

Todas as demais potências nos mantêm inscritos no interior do real, do que já é. O mais que podemos fazer é somar ou subtrair as coisas entre si. Só a metáfora nos facilita a evasão e cria entre as coisas reais recifes imaginários, floração de leves ilhas.

É verdadeiramente estranha a existência no homem desta atividade mental que consiste em substituir uma coisa por outra, não tanto no esforço de chegar à segunda como no intento de esquivar a primeira. A metáfora escamoteia um objeto mascarando-o por meio de outro, e não teria sentido se não víssemos nela um instinto que induz o homem a evitar as realidades.

(O Tabu e a metáfora - Ortega y Gasset, in 'A Desumanização da Arte')

### QUESTÃO 01

Com relação à organização gramatical do texto 01, assinale a alternativa correta:

- A) Na oração “A metáfora é provavelmente a potência mais fértil **que** o homem possui”, o elemento destacado estabelece uma relação de integração entre a primeira e a segunda oração, portanto, deve ser classificado como conjunção integrante.
- B) É correto afirmar que o termo destacado na oração “É verdadeiramente estranha a existência no homem desta atividade mental **que** consiste em substituir uma coisa por outra” cumpre uma dupla função: substitui, na segunda oração, o termo antecedente – atividade mental - e ao mesmo tempo introduz a oração subordinada adjetiva.
- C) Na oração “... parece uma ferramenta de criação **que** Deus deixou esquecida dentro de uma das suas criaturas...”, o vocábulo destacado em negrito atua como sujeito da segunda oração, uma vez que é o agente responsável pela ação verbal.
- D) A função sintática do artigo “o” em “A metáfora escamoteia um objeto mascarando-o por meio de outro” é a de objeto direto do verbo “mascarar”.

### TEXTO II

Ao interrogar-se sobre qual poderia ser a origem da metáfora, um psicólogo recentemente descobriu, surpreendido, que uma das suas raízes se encontra no espírito do tabu. Houve uma época em que o medo foi a máxima inspiração humana, uma idade dominada pelo terror cósmico. Durante essa época, faz-se sentir a necessidade de evitar certas realidades que, por outro lado, são incontornáveis. O animal mais frequente no país, e do qual a alimentação depende, adquire um prestígio sagrado. Esta consagração traz consigo a ideia de que não se lhe pode tocar com as mãos. Que faz, então, para comer o índio Lilloet? – Agacha-se e cruza as mãos por baixo das nádegas. Assim já pode comer, porque as mãos por baixo das nádegas são metaforicamente dois pés. Há aqui um tropo de ação, uma metáfora elementar anterior à imagem verbal que tem origem no esforço por evitar a realidade.

(O Tabu e a metáfora - Ortega y Gasset, in 'A Desumanização da Arte')

### QUESTÃO 02

Com relação às regras de uso da crase e a organização gramatical do texto 02, assinale a alternativa correta:

- A) A crase em “uma metáfora elementar anterior à imagem verbal” poderia ser retirada sem causar prejuízo sintático.
- B) A construção “Esta consagração traz consigo a ideia” admite o uso da crase, pois essa inclusão não alteraria as relações sintáticas.
- C) Pode-se incluir, sem causar prejuízo sintático, crase em “Houve uma época em que o medo foi a máxima inspiração humana”, uma vez que realçaria a ênfase dada à informação do texto.
- D) Para manter as relações sintáticas do texto original, não é admitido o uso de crase em “Durante essa época, faz-se sentir a necessidade”.



**QUESTÃO 03**

A função sintática do trecho destacado na oração “O crítico fez referência à **autora** do texto em questão” é a mesma em:

- A) Devemos levar à **sério** as recomendações médicas.
- B) À **medida** que os processos são arquivados, a burocracia aumenta.
- C) No meio da palestra, houve uma alusão à  **fusão** das empresas.
- D) Entregou o livro à  **bibliotecária**.

**TEXTO III**

**Quem Ama Inventa**

Quem ama inventa as coisas a que ama...  
 Talvez chegaste quando eu te sonhava.  
 Então de súbito acendeu-se a chama!  
 Era a brasa dormida que acordava...  
 E era um revôo sobre a ruinação,  
 No ar atônito bimbahavam sinos,  
 Tangidos por uns anjos peregrinos  
 Cujo dom é fazer ressurreições...  
 Um ritmo divino? Oh! Simplesmente  
 O palpitar de nossos corações  
 Batendo juntos e festivamente,  
 Ou sozinhos, num ritmo tristonho...  
 Ó! meu pobre, meu grande amor distante,  
 Nem sabes tu o bem que faz à gente  
 Haver sonhado... e ter vivido o sonho!

*Mário Quintana*

**QUESTÃO 04**

Com relação à organização gramatical do texto 03, assinale a alternativa correta:

- A) Na construção “No ar atônito **bimbahavam sinos**, Tangidos **por uns anjos** peregrinos”, os termos destacados classificam-se respectivamente em verbo intransitivo, sujeito simples e agente da passiva.
- B) Em “Nem sabes tu o bem que faz à gente”, a fusão da preposição a com o artigo a resultou em crase, de modo a surgir um objeto indireto e, por isso, a oração é objetiva indireta.
- C) A função do “se” em “Então de súbito **acendeu-se** a chama!” é a de índice de indeterminação do sujeito.
- D) Os termos destacados em “O palpitar **de nossos corações**” exercem função sintática de complemento nominal, regido por preposição obrigatória.

**QUESTÃO 05**

Assinale a única alternativa em que o sujeito é classificado como elíptico.

- A) Vai, Carlos, ser gauche na vida.
- B) Trata-se de um crime perfeito!
- C) Quebraram a janela da porta dos fundos.
- D) Alguém realizou aquele feito.

**QUESTÃO 06**

Assinale a única alternativa em que a colocação pronominal está adequada à norma padrão da gramática normativa brasileira.

- A) Durante muito tempo, ninguém ajudou-nos a superar os obstáculos.
- B) Recebere-mo-te em nossa casa quando vier nas férias.
- C) E é por isso que aquilo nos deveria magoar muito.
- D) Na verdade, desejo que Deus acompanhe-o!

**QUESTÃO 07**

Identifique, nas alternativas abaixo, a única em que todos os verbos possuem regência adequada à norma padrão da gramática brasileira:

- A) O TRE deve assistir os cidadãos no cadastramento biométrico e, além disso, informar os eleitores os locais de votação, a fim de evitar transtornos.
- B) Entre os vários ensinamentos, a bíblia aconselha a perdoar o pecado e perdoar ao pecador, bem como esquecer seus erros, eis a opção daqueles que visam à vida celestial e ao supremo Deus.
- C) Uma vez que assistia na Rússia durante o período da Guerra Fria, não pode, por muito tempo, possuir passaporte, tal fato implicou em meses de exílio e solidão.
- D) Sempre, durante o Natal, lembrava de sua mãe e jamais se esquecia a noite em que passaram juntos os últimos momentos.



## CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA

### QUESTÕES DE 11 A 16

#### QUESTÃO 08

A única alternativa em que a retirada das vírgulas não causaria alteração sintática é:

- A) “Tempo é vida” é o bordão da campanha, que expressa o apelo daqueles que estão à espera de um transplante.
- B) Aristóteles supõe haver sabedoria nessa situação intermediária, que nos inclina para o justo meio que às vezes se volta para o excesso e outras vezes tende para a falta.
- C) Uma prova, que é sempre um momento artificial de produção e leitura de textos, tem no tempo e na ansiedade dois fatores que interferem no trabalho do candidato.
- D) Em 2013, a produção de livros didáticos deve abranger as várias expressões culturais nos textos que, hoje, deixam de lado muitas riquezas.

#### QUESTÃO 09

Assinale a alternativa em que existe hipérbato – alteração na ordem direta da oração - de objeto direto:

- A) Aparentemente, Aldo gostaria de mudar de emprego.
- B) Para a professora, os alunos trouxeram a maçã.
- C) Naquele dia, o rato, o gato comeu.
- D) De burra, chamaram-na.

#### QUESTÃO 10

Assinale a alternativa que analisa **incorretamente** a classificação da oração subordinada.

- A) “Durante essa época, faz-se sentir a necessidade de evitar certas realidades”. Uma vez que o verbo sentir é transitivo direto, necessita de complemento, no caso, um objeto direto, que no texto é “necessidade”, sendo, portanto, a oração classificada como subordinada objetiva direta.
- B) “A imagem similar era usada numa intenção decorativa, para adornar e revestir a realidade amada”. O uso do “para” demonstra o objetivo de expor a finalidade do uso da imagem similar, de modo que a oração torna-se subordinada adverbial final.
- C) “A sua eficiência chega a raiar os confins da taumaturgia e parece uma ferramenta de criação que Deus deixou esquecida dentro de uma das suas criaturas”. O uso da conjunção “e” inicia a oração coordenada sindética aditiva.
- D) “Depois de todas as situações adversas, só tínhamos um único desejo: que fosses feliz”. A oração deve ser classificada como substantiva positiva.

#### QUESTÃO 11

Considere os itens abaixo:

- I. É correto afirmar que uma planilha eletrônica Excel possui os títulos das colunas na primeira linha e os títulos das linhas na primeira coluna. Para congelar na tela tanto os títulos das colunas quanto os títulos das linhas deve-se selecionar a segunda célula da segunda linha e da segunda coluna.
- II. Para que uma imagem seja inserida em um documento Word de forma que o texto fique disposto ao redor, por todos os lados da imagem, esta deverá ter o seu *layout* formatado com a opção Quadrado ou Comprimido.
- III. Ao compartilhar pastas e impressoras entre computadores, evitando que pessoas não autorizadas possam acessar os arquivos pela Internet, pode-se montar a rede usando um *firewall*, baseado em *hardware*, por meio do dispositivo denominado *hub*.
- IV. Pode afirmar que a Memória RAM não se trata de um dispositivo reconhecido pelo sistema operacional para compartilhar uma pasta contendo arquivos que possam ser acessados a partir de outros computadores.

- A) Existem dois itens incorretos
- B) Os itens I e IV estão corretos e o item III estar incorretos
- C) Os itens I e II estão incorretos e os demais incorretos
- D) Existe apenas um item correto

#### QUESTÃO 12

Considere os itens abaixo:

- I. A memória associativa trata-se de um buffer especial, destinado a armazenamento, menor e mais rápido do que o armazenamento principal; é utilizado para manter cópia de instruções e dados, que são obtidos do armazenamento principal, e que provavelmente serão utilizados, em seguida, pelo processador.
- II. Para que uma conexão nos navegadores seja segura, o protocolo HTTP deve ser utilizado. Neste tipo de conexão são empregados certificados digitais que garantem a autenticidade do servidor e também utilizadas técnicas de criptografia para a transmissão dos dados.
- III. O disco rígido ou HD (hard disk) é o dispositivo de armazenamento de dados mais usado nos computadores. Nele, é possível guardar não só os arquivos como também todos os dados do sistema operacional, imprescindíveis para a utilização do computador.
- IV. No contexto da segurança da informação, a certificação digital tem como objetivo garantir alguns aspectos de segurança. Assim é correto afirmar que a confiabilidade é um aspecto de segurança da informação.

Sobre as afirmações, está incorreto apenas o contido em:

- A) I.
- B) II.
- C) III.
- D) I, III e IV.



### QUESTÃO 13

Considere os itens abaixo:

1. Os serviços disponibilizados na internet utilizam protocolos específicos da pilha de protocolos TCP/IP. Quando se faz um acesso a uma página *Web*, o protocolo da camada de aplicação utilizado é o IP.
2. O núcleo é componente responsável pela gerência dos recursos de *hardware* usados pelas aplicações de um computador.
3. Os módulos de código específicos para acessar os dispositivos físicos de um computador são conhecidos como *drivers*.
4. Os programas utilitários facilitam o uso do sistema computacional, fornecendo funcionalidades complementares ao núcleo, como a formatação de discos.

Sobre as afirmações, está correto afirmar que a soma dos itens corretos corresponde a:

- A) 1
- B) 3
- C) 5
- D) 6

### QUESTÃO 14

Considere os itens abaixo.

- I. Redes de computadores modernas utilizam a pilha de protocolos TCP/IP para acesso à Internet. Podemos afirmar que os protocolos TCP e IMAP são da camada de aplicação do TCP/IP.
- II. No Thunderbird, o usuário pode criar filtros personalizados para que mensagens recebidas indesejadas sejam excluídas automaticamente. Entre os critérios que podem ser utilizados na definição dos referidos filtros, inclui-se a origem da mensagem indesejada.
- III. No Thunderbird, quando a funcionalidade de identificação de spam está ativada, o computador no qual o programa está em execução fica, automaticamente, protegido contra os vírus de computador e outros aplicativos maliciosos distribuídos através da Internet.
- IV. O Thunderbird utiliza um protocolo de envio de email exclusivo que impede, automaticamente, que as mensagens enviadas sofram riscos de quebra de privacidade e de segurança durante o percurso na rede, entre o remetente e o destinatário da mensagem.

Sobre as afirmações, está incorreto apenas o contido em:

- A) I.
- B) II.
- C) I e III.
- D) I, III e IV.

### QUESTÃO 15

Considere os itens abaixo:

- I. Para mover um arquivo de uma pasta para outra (recortar e colar), usando teclas de atalho padrão do Microsoft Windows, usa-se as seguintes combinações, respectivamente: CTRL+X e CTRL+V.
- II. O firewall é o dispositivo que permite a conexão com a Internet, uma vez que é responsável pela conversão do sinal analógico em sinal digital.
- III. O mp3 é o dispositivo substituto do disquete, pois consiste em uma pequena memória portátil que funciona em equipamentos com uma porta USB.
- IV. Uma forma de endereçamento na qual o campo de endereço da instrução contém o endereço efetivo do operando é denominada endereçamento imediato.

Sobre as afirmações, está incorreto apenas o contido em:

- A) I e II.
- B) II e III.
- C) III e IV.
- D) II, III e IV

### QUESTÃO 16

Marque a alternativa correta.

- I. A sequência de comandos da barra de menus utilizada para adicionar cabeçalho e rodapé a um texto é Inserir - Cabeçalho e Rodapé.
- II. Para executar o programa de backup em uma instalação padrão do Windows, a sequência correta é Iniciar / Programas / Ferramentas do Sistema / Backup.
- III. O formato ou extensão padrão dos arquivos gerados pelo Word é .txt.
- IV. No Word, o campo onde aparece o nome do documento no qual você está trabalhando denomina-se Barra de ferramenta.
- V. O disco rígido ou HD (hard disk) é o dispositivo de armazenamento de dados mais usado nos computadores. Nele, é possível guardar não só os arquivos como também todos os dados do sistema operacional, imprescindíveis para a utilização do computador.
- VI. Trojan é um programa que age utilizando o princípio do cavalo de tróia. Após ser instalado no computador, ele libera uma porta de comunicação para um possível invasor.

Sobre as afirmações, está correto apenas o contido em:

- A) Todos os itens encontram-se incorretos.
- B) Os itens I, II, III, estão corretos e os itens IV e V estão incorretos.
- C) Os itens II, III, IV estão incorretos e o item VI está correto.
- D) Os itens II, III e V estão corretos e os demais incorretos.



## PROVA ESPECIFICA - PARTE I - DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO.

### QUESTÃO 17

Marque a alternativa correta

- I. Conforme define a Constituição Federal, a lei estabelecerá o estatuto jurídico e o capital social da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços gerais, dispondo sobre: I - sua função social e formas de fiscalização pelo Estado e pela sociedade; II - a sujeição ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários; III - licitação e contratação de obras, serviços, compras e alienações, observados os princípios da administração pública; IV - a constituição e o funcionamento dos conselhos de administração e fiscal, com a participação de acionistas minoritários; V - os mandatos, a avaliação de desempenho e a responsabilidade dos administradores.
- II. Pela compreensão da carta maior de 1988, no Art. 182, § 1º, podemos depreender que; - O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte e cinco mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
- III. Conforme definido na carta maior, recusando-se qualquer das partes à negociação coletiva ou à arbitragem, é facultado às mesmas, de comum acordo, ajuizar dissídio coletivo de natureza econômica, podendo a Justiça do Trabalho decidir o conflito, respeitadas as disposições mínimas legais de proteção ao trabalho, bem como as convencionadas anteriormente.
- IV. Os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de, no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região, e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos.
- V. O Superior Tribunal Militar compor-se-á de quinze Ministros vitalícios, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a indicação pelo Senado Federal, sendo dois dentre oficiais-generais da Marinha, quatro dentre oficiais-generais do Exército, três dentre oficiais-generais da Aeronáutica, todos da ativa e do posto mais elevado da carreira, e cinco dentre civis.

- A) Existe apenas dois itens corretos
- B) O Item IV encontra-se correto e os itens I, II e III encontram-se incorretos
- C) Os itens I e V estão corretos e o item III e IV estão incorretos
- D) N.R.A

2. Conforme define a Consolidação das leis do trabalho, não terá direito a férias o empregado que, no curso do período aquisitivo, deixar o emprego e não for readmitido dentro de 30 (trinta) dias subsequentes à sua saída.
3. Aos menores de 18 (dezoito) anos e aos maiores de 60 (sessenta) anos de idade, as férias serão sempre concedidas de uma só vez.
4. A concessão das férias será participada, por escrito, ao empregado, com antecedência de, no mínimo, 10 (dez) dias. Dessa participação o interessado dará recibo.
5. Durante as férias, o empregado não poderá prestar serviços a outro empregador, salvo se estiver obrigado a fazê-lo em virtude de contrato de trabalho regularmente mantido com aquele.
6. É correto afirmar que a CLT define que num mesmo estabelecimento de ensino não poderá o professor dar, por dia, mais de 4 (quatro) aulas consecutivas, nem mais de 6 (seis), intercaladas.

A soma dos corretos é:

- A) 10 B) 11 C) 18 D) 14

### QUESTÃO 19

Analise os itens.

- I. É incorreto afirmar que conforme define a CLT as empresas, individuais ou coletivas, que explorem serviços públicos dados em concessão, ou que exerçam atividades industriais ou comerciais, são obrigadas a manter, no quadro do seu pessoal, quando composto de 3 (três) ou mais empregados.
- II. É incorreto afirmar que conforme define a CLT entre 2 (duas) jornadas de trabalho, haverá um intervalo de 11 (onze) horas consecutivas, no mínimo, destinado ao repouso.
- III. É incorreto afirmar que conforme define a CLT em caso de prorrogação do horário normal, será obrigatório um descanso de 15 (quinze) minutos no mínimo, antes do início do período extraordinário do trabalho.
- IV. É correto afirmar que conforme define a CLT a empregada deve, mediante atestado médico, notificar o seu empregador da data do início do afastamento do emprego, que poderá ocorrer entre o 28º (vigésimo oitavo) dia antes do parto e ocorrência deste.
- V. É incorreto afirmar que conforme define a CLT em caso de aborto não criminoso, comprovado por atestado médico oficial, a mulher terá um repouso remunerado de 2 (duas) semanas, ficando-lhe assegurado o direito de retornar à função que ocupava antes de seu afastamento.

- A) O item I estar corretos e os itens III e IV incorretos.
- B) Os itens IV e V estão incorretos e o item I correto.
- C) Os itens II e III estão corretos e o item IV incorreto.
- D) os itens I, II e III estão incorretos.

### QUESTÃO 18

Analise os itens:

1. O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Congresso Nacional, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

**QUESTÃO 20**

Analise os itens.

1. É correto afirmar que a justiça de paz, remunerada, composta de cidadãos eleitos pelo voto direto, universal e secreto, com mandato de quatro anos e competência para, na forma da lei, celebrar casamentos, verificar, de ofício ou em face de impugnação apresentada, o processo de habilitação e exercer atribuições conciliatórias, sem caráter jurisdicional, além de outras previstas na legislação.
2. É correto afirmar que os débitos de natureza alimentícia cujos titulares tenham 60 (sessenta) anos de idade ou mais na data de expedição do precatório, ou sejam portadores de doença grave, definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao dobro do fixado em lei para os fins do disposto no § 3º deste artigo, admitido o fracionamento para essa finalidade, sendo que o restante será pago na ordem cronológica de apresentação do precatório.
3. É incorreto afirmar que é obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício vigente, quando terão seus valores atualizados monetariamente.
4. É correto afirmar que a conforme define a constituição Federal de 1988, no momento da expedição dos precatórios, independentemente de regulamentação, deles deverá ser abatido, a título de compensação, valor correspondente aos débitos líquidos e certos, inscritos ou não em dívida ativa e constituídos contra o credor original pela Fazenda Pública devedora, incluídas parcelas vincendas de parcelamentos, ressalvados aqueles cuja execução esteja suspensa em virtude de contestação judicial.
5. É correto afirmar que conforme define a CLT os locais destinados à guarda dos filhos das operárias durante o período da amamentação deverão possuir, no mínimo, dois berçário, uma saleta de amamentação, uma cozinha dietética e uma instalação sanitária.
6. É correto afirmar que conforme define a CLT que ao menor de 18 (dezoito) anos é vedado o trabalho noturno, considerado este o que for executado no período compreendido entre as 22 (vinte e duas) e as 6 (seis) horas.

A soma dos itens corretos é:

- A) 4
- B) 7
- C) 12
- D) 14

**QUESTÃO 21**

Analise os itens:

- I. É correto afirmar que conforme define a CLT ao menor será permitido o trabalho o trabalho exercido nas ruas, praças e outros logradouros com prévia autorização do Juiz de Menores, ao qual cabe verificar se a ocupação é indispensável à sua própria subsistência ou à de seus pais, avós ou irmãos e se dessa ocupação não poderá advir prejuízo à sua formação moral.
- II. É incorreto afirmar que conforme define a CLT quando o menor de 18 (dezoito) anos for empregado em mais de um estabelecimento, as horas de trabalho em cada um serão totalizadas.
- III. É incorreto afirmar que conforme define a OJ-SDI1-4(TST), a limpeza em residências e escritórios e a respectiva coleta de lixo não podem ser consideradas atividades insalubres, ainda que constatadas por laudo pericial, porque não se encontram dentre as classificadas como lixo urbano na Portaria do Ministério do Trabalho. (ex-OJ nº 170 da SBDI-1 - inserida em 08.11.2000).
- IV. É incorreto afirmar que conforme define a OJ-SDI1-7(TST) a despeito da norma então prevista no artigo 56, § 2º, da Lei nº 4.215/63, a falta de comunicação do advogado à OAB para o exercício profissional em seção diversa daquela na qual tem inscrição não importa nulidade dos atos praticados, constituindo apenas infração disciplinar, que cabe àquela instituição analisar.
- V. É correto afirmar que conforme define a OJ-SDI1-23(TST), não é devido o pagamento de horas extras relativamente aos dias em que o excesso de jornada não ultrapassa de dez minutos antes e/ou após a duração normal do trabalho. (Se ultrapassado o referido limite, como extra será considerada a totalidade do tempo que exceder a jornada normal).
- VI. É incorreto afirmar que o Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 (quinze) membros com mandato de 4 (quatro) anos, admitida 1 (uma) recondução.
- VII. É correto afirmar que compete ao Conselho Nacional de Justiça zelar pela observância do art. 37 e apreciar, mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Supremo Tribunal Federal.

- A) Os itens I, II e III estão incorretos e os demais corretos.
- B) Os itens III, IV e VII estão incorretos e os itens I e VI estão corretos.
- C) Os itens II, III e V estão corretos e os demais incorretos.
- D) Existem apenas dois itens incorretos

**QUESTÃO 22**

Analise os itens:

1. É correto afirmar que conforme define a OJ-SDI1-33(TST), o carimbo do banco receptor na guia de comprovação do recolhimento das custas supre a ausência de autenticação mecânica.
2. É correto afirmar que conforme define a carta maior de 1988, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, cabendo-lhe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de segundo grau, como órgão central do sistema, cujas decisões terão efeito vinculante.
3. Regulamento aprovado pelo Pleno do Tribunal Superior do Trabalho disporá sobre a constituição, investidura, jurisdição, competência, garantias e condições de exercício dos órgãos da Justiça do Trabalho.
4. É correto afirmar que conforme define a OJ-SDI1-36(TST), que o instrumento normativo em cópia não autenticada possui valor probante, desde que não haja impugnação ao seu conteúdo, eis que se trata de documento comum às partes.
5. É correto afirmar que conforme define a CLT, haverá a Carteira de Trabalho e Previdência Social para todos os menores de 18 anos, sem distinção do sexo, empregados em empresas ou estabelecimentos de fins econômicos e daqueles que lhes forem equiparados.

A soma dos itens incorretos corresponde a:

- A) 3
- B) 5
- C) 7
- D) 12

**QUESTÃO 23**

Analise os itens abaixo:

1. É correto afirmar que conforme define a OJ-SDI1-37(TST) que ofende o art. 896, da CLT, decisão de turma que, examinando premissas concretas de especificidade da divergência colacionada no apelo revisional, conclui pelo conhecimento ou desconhecimento do recurso.
2. Conforme define a CLT, o contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 (quatorze) e menor de 18 (dezoito) anos inscrito em programa de aprendizagem formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação.
3. Conforme define a CLT, a validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz na escola, caso não haja concluído o ensino médio, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.

4. É correto afirmar que conforme define a OJ-SDI1-40(TST) a projeção do contrato de trabalho para o futuro, pela concessão do aviso prévio não indenizado, tem efeitos limitados às vantagens econômicas obtidas no período de pré-aviso, ou seja, salários, reflexos e verbas rescisórias.
5. É correto afirmar que conforme define a carta maior de 1988, em caso de greve em atividade essencial, com possibilidade de lesão do interesse público, o Ministério Público do Trabalho poderá ajuizar dissídio individual ou coletivo, competindo à Justiça do Trabalho decidir o conflito.

A soma dos itens corretos corresponde a:

- A) 3
- B) 5
- C) 7
- D) 12

**QUESTÃO 24**

Analise os itens:

1. O Superior Tribunal Militar compor-se-á de 17 Ministros vitalícios, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a indicação pelo Senado Federal, sendo três dentre oficiais-generais da Marinha, quatro dentre oficiais-generais do Exército, três dentre oficiais-generais da Aeronáutica, todos da ativa e do posto mais elevado da carreira, e cinco dentre civis.
2. O Conselho Nacional do Ministério Público escolherá, em votação aberta, um Corregedor Nacional, dentre os membros do Ministério Público que o integram, vedada a recondução, competindo-lhe, além das atribuições que lhe forem conferidas pela lei.
3. O contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de 1 (um) ano, exceto quando se tratar de aprendiz portador de deficiência.
4. É correto afirmar que conforme define a OJ-SDI1-47(TST) Hora extra. Adicional de insalubridade. Base de cálculo. É o resultado da soma do salário contratual mais o adicional de insalubridade, este calculado sobre o salário base.
5. É correto afirmar que conforme define a OJ-SDI1-51(TST) aos empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista regidos pela CLT não aplicam-se as vedações dispostas no art. 15 da Lei n.º 7.773, de 08.06.1989.

A soma dos itens incorretos(ii), menos a soma dos itens corretos(ic) corresponde a:

- A) 3
- B) 5
- C) 12
- D) 15





### QUESTÃO 25

IV.

Considere os itens a seguir e responda o que se pede:

- I. É correto afirmar que conforme descrito na Constituição Federal de 1988, a Lei complementar poderá estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência das unidades federadas, por lei, estabelecer normas de igual objetivo.
  - II. Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei complementar de âmbito geral, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2.º, XII, g.
  - III. É correto afirmar que conforme define a OJ-SDI1-55(TST) empregado integrante de categoria profissional diferenciada não tem o direito de haver de seu empregador vantagens previstas em instrumento coletivo no qual a empresa não foi representada por órgão de classe de sua categoria.
  - IV. É correto afirmar que conforme define a CLT, considera-se por prazo indeterminado todo contrato que suceder, dentro de 3 (três) meses, a outro contrato por prazo determinado, salvo se a expiração deste dependeu da execução de serviços especializados ou da realização de certos acontecimentos.
  - V. É incorreto afirmar que não se incluem nos salários as ajudas de custo, assim como as diárias para viagem que não excedam de 50% (cinquenta por cento) do salário percebido pelo empregado.
- A) Existe apenas um item correto  
 B) Os itens II, III e V estão corretos e o item V incorreto  
 C) Os itens I e II estão corretos e os itens IV e V estão incorretos  
 D) Os itens II, IV e V estão corretos e o item III estar correto

### QUESTÃO 26

Considere os itens abaixo:

- I. Sobre a entrada de bem ou mercadoria importados do exterior por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade, assim como sobre o serviço prestado no exterior, cabendo o imposto ao Estado onde estiver situado o domicílio ou o estabelecimento do destinatário da mercadoria, bem ou serviço.
- II. A União entregará do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados quarenta e oito por cento. Assim cinco por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à Região, na forma que a lei estabelecer.
- III. Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cem hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.

- V. O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei.
  - VI. O pagamento do salário deverá ser efetuado contra recibo, assinado pelo empregado; em se tratando de analfabeto, mediante sua impressão digital, ou, não sendo esta possível, a seu rogo.
- A) Existe apenas um item correto  
 B) Os itens II, III e IV estão incorretos e o item V correto  
 C) Os itens I e II estão corretos e os itens IV e V estão incorretos  
 D) Os itens II, IV e V estão corretos e o item III estar correto

### PROVA ESPECIFICA - PARTE II - DIREITO ADMINISTRATIVO E DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL.

### QUESTÃO 27

Considere os itens abaixo:

1. Conforme define a lei 11.107/2005, O consórcio público constituirá associação pública ou pessoa jurídica de direito privado.
2. Os consórcios públicos não poderão emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços ou pelo uso ou outorga de uso de bens públicos por eles administrados ou, mediante autorização específica, pelo ente da Federação consorciado.
3. Os consórcios públicos poderão outorgar concessão, permissão ou autorização de obras ou serviços públicos mediante autorização prevista no contrato de consórcio público, que deverá indicar de forma específica o objeto da concessão, permissão ou autorização e as condições a que deverá atender, observada a legislação de normas gerais em vigor.
4. É nula a cláusula do contrato de consórcio que preveja determinadas contribuições financeiras ou econômicas de ente da Federação ao consórcio público, salvo a doação, destinação ou cessão do uso de bens móveis ou imóveis e as transferências ou cessões de direitos operadas por força de gestão associada de serviços públicos.
5. Mesmo no caso de se revestir de personalidade jurídica de direito privado, o consórcio público observará as normas de direito público no que concerne à realização de licitação, celebração de contratos, prestação de contas e admissão de pessoal, que será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

A soma dos itens corretos(ic), menos a soma dos itens incorretos(ii) corresponde a:

- A) 5  
 B) 9  
 C) 11  
 D) 0

**QUESTÃO 28**

Considere os itens abaixo:

- I. A lei 8080/90 define que a saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais; os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica dos Estados.
- II. Constitui o Sistema Único de Saúde (SUS) o conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais e estaduais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público.
- III. É incorreto afirmar que as ações e serviços de saúde, executados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), seja diretamente ou mediante participação complementar da iniciativa privada, serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada em níveis de complexidade crescente.
- IV. A lei 8080/90 define que os Conselhos de Secretarias Municipais de Saúde (Cosems) são reconhecidos como entidades que representam os entes municipais, no âmbito estadual, para tratar de matérias referentes à saúde, desde que vinculados institucionalmente ao Conasems, na forma que dispuserem seus estatutos.

Podemos afirmar que:

- A) Existem apenas dois itens corretos
- B) O Item I estar correto e o item IV incorreto
- C) Todos os itens estão corretos
- D) Os itens II e III estão corretos e os demais incorretos

**QUESTÃO 29**

Considere os itens abaixo:

1. Os Municípios poderão estabelecer consórcio para execução de ações e serviços de saúde, remanejando, entre si.
2. A lei 8142/90 define que o Sistema Único de Saúde (SUS), de que trata a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, contará, em cada esfera de governo, sem prejuízo das funções do Poder Legislativo, com as seguintes instâncias colegiadas: Conferência Regional de Saúde; e o Conselho Regional de Saúde.
3. A lei 8142/90 define que as Conferências de Saúde e os Conselhos de Saúde terão sua organização e normas de funcionamento definidas em leis, aprovadas pelo respectivo poder legislativo do ente político.
4. Define a lei 9784/90 que a Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade.
5. Define a lei 9784/90 que expor os fatos conforme a verdade é dever do administrado perante a Administração, sem prejuízo de outros previstos em ato normativo.

A soma dos itens corretos corresponde a:

- A) 6
- B) 9
- C) 11
- D) 12

**QUESTÃO 30**

Considere os itens abaixo:

1. Define a lei 9784/90 que as pessoas ou as associações legalmente constituídas quanto a direitos ou interesses difusos, são legitimados como interessados no processo administrativo.
2. Para a lei 9784/90, a competência não é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos.
3. Inexistindo disposição específica, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem ser praticados no prazo de dez dias, salvo motivo de força maior.
4. A lei complementar 116/2003, define que a incidência do imposto depende da denominação dada ao serviço prestado.
5. A lei complementar 116/2003, considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador nos serviços executados em águas marítimas.

A soma dos itens corretos corresponde a:

- A) 6
- B) 9
- C) 11
- D) 12

**QUESTÃO 31**

Considere dos itens abaixo:

1. Os Municípios e o Distrito Federal, mediante lei, poderão atribuir de modo expresse a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação, inclusive no que se refere à multa e aos acréscimos legais.
2. É correta afirmar que a lei complementar 101/2000, define que serão computados no cálculo da receita corrente líquida os valores pagos e recebidos em decorrência da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, e do fundo previsto pelo art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
3. A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em anterior e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.
4. É incorreto afirmar que Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.
5. Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei de diretrizes orçamentária.

A soma dos itens incorretos corresponde a:

- A) 6
- B) 9
- C) 11
- D) 12



**QUESTÃO 32**

Considere os itens abaixo:

- I. É correto afirmar que é crime de responsabilidade contra o livre exercício dos direitos políticos, individuais e sociais, obstar ao livre exercício das funções dos mesários eleitorais.
- II. A lei 1.079/50 define ser crime de responsabilidade contra a probidade na administração, expedir ordens ou fazer requisição de forma contrária às disposições expressas da Constituição.
- III. A lei 1.079/50 define ser crime de responsabilidade contra a lei orçamentária, realizar o estorno de verbas.
- IV. É correto depreendermos que a lei 4898/65, define ser abuso de autoridade qualquer atentado, à liberdade de consciência e de crença.
- V. É correto depreendermos que a lei 4898/65, define que quando o abuso de autoridade for cometido por agente de autoridade policial, civil ou militar, de qualquer categoria, poderá ser cominada a pena autônoma ou acessória, de não poder o acusado exercer funções de natureza policial ou militar no município da culpa, por prazo de um a seis anos.

Podemos afirmar que:

- A) Existem apenas dois itens corretos
- B) O Item I estar correto e o item V incorreto
- C) Todos os itens estão corretos
- D) Os itens II e III estão corretos e os demais incorretos

**QUESTÃO 33**

Considere os itens abaixo e responda:

1. Para a lei 8.069/90, os estabelecimentos de atendimento à saúde deverão proporcionar condições para a permanência em tempo integral de um dos pais ou responsável, nos casos de internação de criança ou adolescente.
2. É correto afirmar que a lei 8.069/90 define ser direito à liberdade a crença e culto religioso.
3. Para a lei 8.069/90, ao assumir a guarda ou a tutela, o responsável prestará compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo, mediante petição endereçada ao juízo responsável pelos autos do processo de adoção ou guarda.
4. Constitui crime funcional contra a ordem tributária previsto na lei 8.137/90, exigir, solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de iniciar seu exercício, mas em razão dela, vantagem indevida; ou aceitar promessa de tal vantagem, para deixar de lançar ou cobrar tributo ou contribuição social, ou cobrá-los parcialmente. Pena - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.
5. É incorreto afirmar que a lei 8.137/90 define crime contra a ordem econômica, formar acordo, convênio, ajuste ou aliança entre ofertantes, visando, ao controle, em detrimento da concorrência, de rede de distribuição ou de fornecedores.

A soma dos itens incorretos corresponde a:

- A) 6
- B) 9
- C) 11
- D) 12

**QUESTÃO 34**

Considere os itens abaixo e responda o que se pede:

1. É correto afirmar que conforme definido pela lei 8176/91, constitui crime contra a ordem econômica, usar gás liquefeito de petróleo em motores de qualquer espécie.
2. É correto afirmar que conforme definido pela lei 8176/91, constitui crime contra o patrimônio, na modalidade de usurpação, produzir bens ou explorar matéria-prima pertencentes à União, sem autorização legal ou em desacordo com as obrigações impostas pelo título autorizativo.
3. É correto afirmar que conforme definido pela lei 8176/9, que o Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, dentro de cada exercício financeiro, o Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis para o exercício seguinte, do qual constarão as fontes de recursos financeiros necessários a sua manutenção.
4. É incorreto afirmar, conforme a lei 9249, que a alíquota do imposto de renda das pessoas jurídicas é de dez por cento.
5. É incorreto afirmar, conforme a lei 9249, o imposto retido na fonte será considerado tributação definitiva, no caso de beneficiário pessoa física ou pessoa jurídica não tributada com base no lucro real, inclusive isenta.

A soma dos itens incorretos corresponde a:

- A) 5
- B) 9
- C) 11
- D) 12

**QUESTÃO 35**

Considere os itens abaixo e responda o que se pede:

- I. Para a lei 4729/65, constitui crime de sonegação fiscal, exigir, pagar ou receber, para si ou para o contribuinte beneficiário da paga, qualquer percentagem sobre a parcela deduzida do imposto sobre a renda e produtos industrializados como incentivo fiscal.
- II. Para a lei 6766/79, ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias, será obrigatória a reserva de uma faixa não-edificável de 10 (dez) metros de cada lado, salvo maiores exigências da legislação específica.
- III. Para o nosso Código Penal, constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a celebrar contrato de trabalho, ou a não fornecer a outrem ou não adquirir de outrem matéria-prima ou produto industrial ou agrícola, caracteriza o crime de atentado contra a liberdade de contrato de trabalho e boicotagem violenta.
- IV. Para o Código Penal Brasileiro, deixar, sem justa causa, de prover à instrução primária de filho em idade escolar, caracteriza o crime de abandono intelectual, com pena prevista de detenção, de um a dois anos, ou multa.
- V. Podemos afirmar que caracteriza o crime de falsidade material de atestado ou certidão falsificar, no todo ou em parte, atestado ou certidão, ou alterar o teor de certidão ou de atestado verdadeiro, para prova de fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem, com pena prevista de detenção, de seis meses a dois anos.

Podemos afirmar que:

- A) Existem apenas um item correto
- B) Os Itens I e III estão corretos e o item V incorreto
- C) Os itens IV e V estão corretos e o item II incorreto
- D) Os itens II e III estão corretos e os demais incorretos

**QUESTÃO 36**

É correto afirmar sobre a prescrição no direito penal, EXCETO:

- A) A publicação da sentença de pronuncia, o tempo em que o agente cumpre pena no estrangeiro e o prazo de suspensão condicional do processo são causas suspensivas ou impeditivas da prescrição.
- B) A prescrição superveniente ou intercorrente ocorre após o trânsito em julgado para a acusação ou após o improvimento de seu recurso, regulando-se pela pena aplicada.
- C) É termo inicial da prescrição da pretensão executória a data do trânsito em julgado da sentença condenatória para a acusação.
- D) Nos crimes conexos, que sejam objetos do mesmo processo, a interrupção relativa a qualquer deles estende-se aos demais.

**PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARTE III – DIREITO CIVIL. DIREITO COMERCIAL E DIREITO PREVIDENCIÁRIO.**

**QUESTÃO 37**

Considere os itens abaixo:

- I. Conforme define a lei de introdução ao Código Civil, é correto afirmar que tendo os nubentes domicílio diverso, rege os casos de invalidade do matrimônio a lei do qualquer dos domicílios conjugais.
- II. Conforme define a lei de introdução ao Código Civil, é correto afirmar que o divórcio realizado no estrangeiro, se um ou ambos os cônjuges forem brasileiros, só será reconhecido no Brasil depois de 6 (seis) meses da data da sentença, salvo se houver sido antecedida de separação judicial por igual prazo, caso em que a homologação produzirá efeito imediato, obedecidas as condições estabelecidas para a eficácia das sentenças estrangeiras no país. O Superior Tribunal de Justiça, na forma de seu regimento interno, poderá reexaminar, a requerimento do interessado, decisões já proferidas em pedidos de homologação de sentenças estrangeiras de divórcio de brasileiros, a fim de que passem a produzir todos os efeitos legais.
- III. Conforme define a lei de introdução ao Código Civil, é correto afirmar a obrigação resultante do contrato reputa-se constituída no lugar em que residir o proponente.
- IV. Conforme define a lei de introdução ao Código Civil, é correto afirmar não poderão, entretanto ter no Brasil filiais, agências ou estabelecimentos antes de serem os atos constitutivos aprovados pelo Governo brasileiro, não ficando sujeitas à lei brasileira.

Podemos afirmar que:

- A) Existe apenas um item correto
- B) Os Itens I e III estão corretos e o item IV incorreto
- C) Os itens III e IV estão corretos e o item II incorreto
- D) Os itens II e III estão corretos e os demais incorretos

**QUESTÃO 38**

Considere os itens abaixo:

- 1. A renúncia da prescrição não pode ser tácita, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumir.
- 2. Os relativamente incapazes e as pessoas jurídicas não têm ação contra os seus assistentes ou representantes legais, que derem causa à prescrição, ou não a alegarem oportunamente.
- 3. Corre a prescrição pendendo ação de evicção.
- 4. Suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, aproveita os outros.
- 5. A interrupção da prescrição por um credor aproveita aos outros.

A soma dos itens incorretos corresponde a:

- A) 5
- B) 9
- C) 11
- D) 15

**QUESTÃO 39**

Considere os itens abaixo:

- I. A renúncia à decadência será fixada conforme definido em lei.
- II. Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita não pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz pode suprir a alegação.
- III. O vendedor de coisa imóvel pode reservar-se o direito de recobrá-la no prazo máximo de decadência de três anos, restituindo o preço recebido e reembolsando as despesas do comprador, inclusive as que, durante o período de resgate, se efetuaram com a sua autorização escrita, ou para a realização de benfeitorias necessárias.
- IV. Em caso de informação inexata ou falsa descrição no documento a que se refere o artigo 744, será o transportador indenizado pelo prejuízo que sofrer, devendo a ação respectiva ser ajuizada no prazo de sessenta dias, a contar daquele ato, sob pena de decadência.
- V. As mercadorias devem ser entregues ao destinatário, ou a quem apresentar o conhecimento endossado, devendo aquele que as receber conferi-las e apresentar as reclamações que tiver, sob pena de decadência dos direitos.

Podemos afirmar que:

- A) O item II estar correto e os itens IV e V incorreto
- B) Os Itens I e III estão corretos e o item IV incorreto
- C) Os itens III e IV estão corretos e o item II incorreto
- D) Os itens III e IV estão corretos e os demais incorretos



**QUESTÃO 40**

Considere os itens abaixo:

- I. O Registro Público de Empresas Mercantis a cargo das Juntas Comerciais deverá registrar contratos ou alterações contratuais de sociedade que envolva sócio incapaz, desde que atendidos, de forma conjunta, os seguintes pressupostos: o sócio incapaz não pode exercer a administração da sociedade; o capital social pode encontra-se parcialmente integralizado; o sócio relativamente incapaz deve ser assistido e o absolutamente incapaz deve ser representado por seus representantes legais.
- II. O empresário e a sociedade empresária vinculam-se ao Registro Público de Empresas Mercantis a cargo das Juntas Comerciais dos Estados, assim como a sociedade simples.
- III. Quanto ao reconhecimento dos filhos, podemos afirmar que o reconhecimento não pode ser revogado, nem mesmo quando feito em testamento.
- IV. Podemos afirmar que o terceiro poderá igualmente instituir bem de família por testamento ou doação, dependendo a eficácia do ato da aceitação expressa de ambos os cônjuges beneficiados ou da entidade familiar beneficiada.
- V. Define o Código Civil que o empresário opera sob firma constituída por seu nome completo, aditando-lhe, se quiser, designação mais precisa da sua pessoa ou do gênero de atividade.

Podemos afirmar que:

- A) O item II estar correto e os itens IV e V incorreto
- B) Os Itens I e III estão corretos e o item IV incorreto
- C) Os itens III e IV estão corretos e o item II incorreto
- D) Os itens IV e V estão incorretos e o item III estar correto

**QUESTÃO 41**

Considere os itens abaixo:

- I. No caso de falência, ou insolvência, do devedor hipotecário, o direito de remição defere-se à massa, ou aos credores em concurso, podendo o credor recusar o preço da avaliação do imóvel.
- II. Ao credor assistirá o direito de cobrar a dívida antes de vencido o prazo estipulado no contrato, no caso de falência do devedor, ou de concurso de credores.
- III. O crédito do comissário, relativo a comissões e despesas feitas, goza de privilégio geral, no caso de falência ou insolvência do comitente.
- IV. A falência do sócio ostensivo não acarreta a dissolução da sociedade e a liquidação da respectiva conta, cujo saldo constituirá crédito quirografário.
- V. Define o Código Civil que falindo o sócio participante, o contrato social fica sujeito às normas que regulam os efeitos da falência nos contratos do falido.

Podemos afirmar que:

- A) O item II estar correto e os itens IV e V incorreto
- B) Os Itens I e III estão corretos e o item IV incorreto
- C) Os itens III e IV estão corretos e o item II incorreto
- D) Os itens IV e V estão incorretos e o item I estar correto

**QUESTÃO 42**

Considere os itens abaixo:

1. Define o nosso Código Civil que mediante recebimento de indenização que atenda, também, à desvalorização da área remanescente, o proprietário é obrigado a tolerar a passagem, através de seu imóvel, de cabos, tubulações e outros condutos subterrâneos de serviços de utilidade pública, sem proveito de proprietários vizinhos, quando de outro modo for impossível ou excessivamente onerosa.

2. Os intervalos, muros, cercas e os tapumes divisórios, tais como sebes vivas, cercas de arame ou de madeira, valas ou banquetas, presumem-se, até prova em contrário, pertencer a ambos os proprietários confinantes, sendo estes obrigados, de conformidade com os costumes da localidade, a concorrer, em partes iguais, para as despesas de sua construção e conservação.
3. A construção de tapumes especiais para impedir a passagem de animais de pequeno porte, ou para outro fim, pode ser exigida de quem provocou a necessidade deles, pelo proprietário, que está obrigado a concorrer para as despesas.
4. Se o possuidor não tiver título, o prazo da usucapião será de dez anos.
5. O dono do prédio serviente poderá embaraçar o exercício da servidão.

A soma dos itens corretos corresponde a:

- A) 2
- B) 5
- C) 9
- D) 12

**QUESTÃO 43**

Considere os itens abaixo e responda:

1. Dispõe a lei 9796/99 que os regimes próprios de previdência de servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios só serão considerados regimes de origem quando o Regime Geral de Previdência Social for o regime instituidor.
2. Dispõe a lei 9796/99 que o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS manterá cadastro atualizado de todos os benefícios objeto de compensação financeira, totalizando o quanto deve para cada regime próprio de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como o montante devido por cada um deles para o Regime Geral de Previdência Social, como compensação financeira e pelo recolhimento de contribuições previdenciárias no prazo legal.
3. Para os efeitos da Lei 9796/99, considera-se, regime instituidor: o regime previdenciário responsável pela concessão e pagamento de benefício de aposentadoria ou pensão dela decorrente a segurado ou servidor público ou a seus dependentes com cômputo de tempo de contribuição no âmbito do regime de origem.
4. A lei 8.212/91 define que o titular de firma individual urbana ou rural, o diretor empregado e o membro de conselho de administração de sociedade anônima, o sócio solidário, o sócio de indústria, o sócio gerente e o sócio cotista que recebam remuneração decorrente de seu trabalho em empresa urbana ou rural, e o associado eleito para cargo de direção em cooperativa, associação ou entidade de qualquer natureza ou finalidade, bem como o síndico ou administrador eleito para exercer atividade de direção condominial, desde que recebam remuneração.
5. Todo aquele que exercer, concomitantemente, mais de uma atividade remunerada sujeita ao Regime Geral de Previdência Social não é obrigatoriamente filiado em relação a cada uma delas.

A soma dos itens corretos corresponde a:

- A) 2
- B) 4
- C) 7
- D) 9

**QUESTÃO 44**

Considere os itens abaixo:

- I. A lei 8.212/91 define que o servidor civil ocupante de cargo efetivo ou o militar da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, bem como o das respectivas autarquias e fundações, são incluídos do Regime Geral de Previdência Social consubstanciado nesta Lei, desde que amparados por regime próprio de previdência social.
- II. É segurado obrigatório o maior de 14 (quatorze) anos de idade que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social.
- III. A lei 8.212/91 define que a União é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras da Seguridade Social, quando decorrentes do pagamento de benefícios de prestação continuada da Previdência Social, na forma da Lei Orçamentária Anual.
- IV. No caso de opção pela exclusão do direito ao benefício de aposentadoria por tempo de contribuição, a alíquota de contribuição incidente sobre o limite mínimo mensal do salário de contribuição será de 11% (onze por cento) do segurado facultativo sem renda própria que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencente a família de baixa renda.
- V. Define a lei 8.212/91 que caberá à associação desportiva que mantém equipe de futebol profissional informar à entidade promotora do espetáculo desportivo todas as receitas auferidas no evento, discriminando-as detalhadamente.

Podemos afirmar que:

- A) O item II estar correto e os itens IV e V incorreto
- B) Os Itens I e III estão corretos e o item IV incorreto
- C) Os itens III e IV estão corretos e o item II incorreto
- D) Os itens IV e V estão incorretos e o item I estar correto

**QUESTÃO 45**

Considere os itens abaixo e responda:

1. É correto afirmar que conforme define a lei 8.213/91, compete ao Conselho Nacional de Previdência Social—CNPS, apreciar a prestação de contas anual a ser remetida ao Tribunal de Contas da União, podendo, se for necessário, contratar auditoria externa.
2. É correto afirmar que conforme define a lei 8.213/91, é segurado obrigatório da Previdência Social o brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado.
3. É correto afirmar que conforme define a lei 8.213/91, que considera-se empresa a firma individual ou sociedade que assume o risco de atividade econômica urbana ou rural, com fins lucrativos ou não.
4. É correto afirmar que conforme define a lei 8.213/91, que mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições até 6 (seis) meses após o livramento, o segurado retido ou recluso.
5. Para a lei 8.213/91, o cancelamento da inscrição do cônjuge se processa em face de separação judicial ou divórcio sem direito a alimentos.

A soma dos itens corretos corresponde a:

- A) 3
- B) 6
- C) 9
- D) 11

**QUESTÃO 46**

Considere os itens abaixo e responda o que se pede:

- I. É correto afirmar que conforme define a lei 8.213/91, constitui crime, punível com detenção e multa, deixar a empresa de cumprir as normas de segurança e higiene do trabalho.
- II. É correto afirmar que conforme define a lei 8.213/91, não será considerado, para o cálculo do salário-de-benefício, o aumento dos salários-de-contribuição que exceder o limite legal, inclusive o voluntariamente concedido nos 36 (trinta e seis) meses imediatamente anteriores ao início do benefício, salvo se homologado pela Justiça do Trabalho, resultante de promoção regulada por normas gerais da empresa, admitida pela legislação do trabalho, de sentença normativa ou de reajustamento salarial obtido pela categoria respectiva.
- III. É correto afirmar que conforme define a lei 9717/98 o servidor público titular de cargo efetivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ou o militar dos Estados e do Distrito Federal filiado a regime próprio de previdência social, quando cedido a órgão ou entidade de outro ente da federação, sem ônus para o cessionário, não permanecerá vinculado ao regime de origem.
- IV. É correto afirmar que conforme define a lei 9717/98 os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal poderão conceder benefícios distintos dos previstos no Regime Geral de Previdência Social, de que trata a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Podemos afirmar que:

- A) O item II estar correto e os itens IV e V incorreto
- B) Os Itens I e III estão corretos e o item IV incorreto
- C) Os itens III e IV estão corretos e o item II incorreto
- D) Os itens II e IV estão incorretos e o item I estar correto



**PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARTE IV – DIREITO PROCESSUAL CIVIL, DIREITO AMBIENTAL E DIREITO DO CONSUMIDOR.**

**QUESTÃO 47**

Considere os itens abaixo:

- I. A lei 6830/80 define que a Dívida Ativa da Fazenda Pública, compreende a tributária, abrange atualização monetária, juros e multa de mora.
- II. A lei 6830/80 define que a execução fiscal poderá ser promovida contra a massa.
- III. A lei 6830/80 define que a competência para processar e julgar a execução da Dívida Ativa da Fazenda Pública exclui a de qualquer outro Juízo, inclusive o da falência, da concordata, da liquidação, da insolvência ou do inventário.
- IV. A lei 6830/80 define que o executado será citado para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução.
- V. A lei 6830/80 define que o executado poderá pagar parcela da dívida, que julgar incontroversa, e garantir a execução do saldo devedor.

Podemos afirmar que:

- A) O item II estar correto e os itens IV e V incorreto
- B) Os Itens I e III estão corretos e o item IV incorreto
- C) Os itens III e IV estão incorretos e o item II incorreto
- D) N.R.A

**QUESTÃO 48**

F)

Considere os itens abaixo e responda:

- I. O Estatuto das Cidades define que nos casos de programas e projetos habitacionais de interesse social, desenvolvidos por órgãos ou entidades da Administração Pública com atuação específica nessa área, a concessão de direito real de uso de imóveis públicos poderá ser contratada individual.
- II. O Estatuto das Cidades define que a lei municipal específica para área incluída no plano diretor deverá determinar o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, devendo fixar as condições e os prazos para implementação da referida obrigação.
- III. O Estatuto das Cidades define que decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município deverá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.
- IV. O Estatuto das Cidades define que na sentença, o juiz atribuirá igual fração ideal de terreno a cada possuidor, dependentemente da dimensão do terreno que cada um ocupe, salvo hipótese de acordo escrito entre os condôminos, estabelecendo frações ideais diferenciadas.
- V. O Estatuto das Cidades define que no caso de cidades com mais de quinhentos mil habitantes, deverá ser elaborado um plano de transporte urbano integrado, compatível com o plano diretor ou nele inserido.

Podemos afirmar que:

- A) O item II estar correto e os itens IV e V incorreto
- B) Os Itens I e III estão corretos e o item IV incorreto
- C) Os itens III e IV estão incorretos e o item V correto
- D) Os itens IV e V estão incorretos e o item I estar correto

**QUESTÃO 49**

Considere os itens abaixo e responda:

1. Podemos afirmar que o tombamento é um ato administrativo realizado pelo Poder Público, nos níveis federal, estadual ou municipal.
2. A lei 9.605/98 define que a sentença penal condenatória, sempre que possível, fixará o valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido ou pelo meio ambiente.
3. A lei 9.605/98 define que os produtos e subprodutos da fauna não perecíveis serão destruídos ou doados a instituições científicas, culturais ou educacionais.
4. A lei 9.605/98 define que são espécimes da fauna silvestre todos aqueles pertencentes às espécies nativas, migratórias e quaisquer outras, aquáticas ou terrestres, que tenham todo ou parte de seu ciclo de vida ocorrendo dentro e fora dos limites do território brasileiro, ou águas jurisdicionais brasileiras.

A soma dos itens corretos corresponde a:

- A) 3
- B) 6
- C) 9
- D) 11

**QUESTÃO 50**

Considere os itens abaixo:

1. Para a lei 9.605/98, considera-se pesca qualquer ato tendente a retirar, extrair, coletar, apanhar, apreender ou capturar espécimes dos grupos dos peixes, crustáceos, moluscos e vegetais hidróbios, suscetíveis de aproveitamento econômico, ressalvadas as espécies ameaçadas de extinção, constantes nas listas oficiais da fauna e da flora.
2. Para a lei 9.605/98, destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção: Pena - detenção, de um a quatro anos, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente.
3. Entende-se por Unidades de Conservação de Uso Sustentável as Áreas de Proteção Ambiental, as Áreas de Relevante Interesse Ecológico, as Florestas Nacionais, as Reservas Extrativistas, as Reservas de Fauna, as Reservas de Desenvolvimento Sustentável e as Reservas Particulares do Patrimônio Natural.
4. Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora: Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

A soma dos itens incorretos corresponde a:

- A) 3
- B) 6
- C) 7
- D) 9


**QUESTÃO 51**

G)

Considere os itens abaixo:

1. A lei 8397/92 define que indisponibilidade patrimonial não poderá ser estendida em relação aos bens adquiridos a qualquer título do requerido ou daqueles que estejam ou tenham estado na função de administrador.
2. A lei 8397/92 define que o requerido será citado para, no prazo de dez dias, contestar o pedido, indicando as provas que pretenda produzir.
3. A lei 8397/92 define que quando a medida cautelar fiscal for concedida em procedimento preparatório, deverá a Fazenda Pública propor a execução judicial da Dívida Ativa no prazo de trinta dias, contados da data em que a exigência se tornar irrecurável na esfera administrativa.
4. Para a Lei 8437/92, não será cabível medida liminar que defira compensação de créditos tributários ou previdenciários.

A soma dos itens corretos corresponde a:

- A) 3
- B) 6
- C) 7
- D) 9

**QUESTÃO 52**

Considere os itens abaixo e responda.

1. Pelo Código Civil, as raízes e os ramos de árvore, que ultrapassarem a estrema do prédio, poderão ser cortados, até o plano horizontal divisório, pelo proprietário do terreno invadido.
2. Os frutos caídos de árvore do terreno vizinho pertencem ao dono do solo onde caíram, se este for de propriedade pública ou particular.
3. O proprietário de nascente, ou do solo onde caem águas pluviais, satisfeitas as necessidades de seu consumo, pode impedir, ou desviar o curso natural das águas remanescentes pelos prédios inferiores.
4. É permitido a quem quer que seja, mediante prévia indenização aos proprietários prejudicados, construir canais, através de prédios alheios, para receber as águas a que tenha direito, indispensáveis às primeiras necessidades da vida, e, desde que não cause prejuízo considerável à agricultura e à indústria, salvo para o escoamento de águas supérfluas ou acumuladas, ou a drenagem de terrenos.
5. O condômino da parede-meia pode utilizá-la até ao meio da espessura, não pondo em risco a segurança ou a separação dos dois prédios, e avisando previamente o outro condômino das obras que ali tenciona fazer; não pode sem consentimento do outro, fazer, na parede-meia, armários, ou obras semelhantes, correspondendo a outras, da mesma natureza, já feitas do lado oposto.

A soma dos itens corretos corresponde a:

- A) 5
- B) 7
- C) 9
- D) 12

**QUESTÃO 53**

Considere os itens abaixo.

- I. O co-herdeiro, a quem não se der conhecimento da cessão, poderá, depositado o preço, haver para si a quota cedida a estranho, se o requerer até cento e vinte dias após a transmissão.
- II. O sócio, cuja contribuição consista em serviços, pode, salvo convenção em contrário, empregar-se em atividade estranha à sociedade, sob pena de ser privado de seus lucros e dela excluído.
- III. Faculta-se aos cônjuges contratar sociedade, entre si ou com terceiros, desde que tenham casado no regime da comunhão universal de bens, ou no da separação obrigatória.
- IV. O empresário que instituir sucursal, filial ou agência, em lugar sujeito à jurisdição de outro Registro Público de Empresas Mercantis, neste deverá também inscrevê-la, com a prova da inscrição originária.
- V. Somente pessoas físicas podem tomar parte na sociedade em nome coletivo, respondendo todos os sócios, solidária e limitadamente, pelas obrigações sociais.

Podemos afirmar que:

- A) O item II estar correto e os itens IV e V incorreto
- B) Os Itens I e III estão corretos e o item IV incorreto
- C) Os itens III e V estão incorretos e o item IV correto
- D) Os itens IV e V estão incorretos e o item I estar correto

**QUESTÃO 54**

Analise os itens abaixo e responda:

1. Somente após averbada a modificação do contrato, produz efeito, quanto a terceiros, a diminuição da quota do comanditário, em consequência de ter sido reduzido o capital social, sempre sem prejuízo dos credores preexistentes.
2. Na sociedade em comandita simples tomam parte sócios de duas categorias: os comanditados, pessoas físicas, responsáveis solidária e limitadamente pelas obrigações sociais; e os comanditários, obrigados somente pelo valor de sua quota.
3. Na Sociedade Limitadas, a remuneração dos membros do conselho fiscal será fixada, semestralmente, pela assembleia dos sócios que os elegeu.
4. Na sociedade cooperativa, a responsabilidade dos sócios pode ser limitada ou ilimitada.
5. É ilimitada a responsabilidade na cooperativa em que o sócio responde solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais.

A soma dos itens incorretos corresponde a:

- A) 5
- B) 7
- C) 9
- D) 12





### QUESTÃO 55

Marque a alternativa correta.

I)

1. O Direito Ambiental é considerado multidisciplinar, pois lida com a flora, fauna, atmosfera, água e outros.
2. O que caracteriza uma área de preservação permanente é que são coberta por vegetação nativa, com função de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade.
3. O princípio do poluidor pagador, impõe aos poluidores um pagamento que deve ser proporcional aos custos de precaução e prevenção de danos ambientais, atuando assim no ressarcimento de danos ambientais causados.
4. A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.
5. Em acordo com a carta maior, as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

A soma dos itens incorretos corresponde a:

- A) 5
- B) 7
- C) 9
- D) 12

### QUESTÃO 56

Analise os itens abaixo e responda:

1. São disponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.
2. A Constituição Federal definiu que as usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei local, sem o que não poderão ser instaladas.
3. Em acordo com a carta maior, o bioma cerrado é patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.
4. Uma área de proteção ambiental é constituída por terras públicas.
5. A reserva da Biosfera é constituída por áreas de domínio público ou privado.

A soma dos itens incorretos corresponde a:

- A) 5
- B) 7
- C) 9
- D) 10

### PROVA PARTE V – DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO

### QUESTÃO 57

Marque a alternativa correta.

- I. Conforme dispõe o § 1º do Art. 2º da Lei 4.320/64, integrarão a Lei de Orçamento: Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Governo; Quadro demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo nº. 1; Quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação e Quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.
  - II. Conforme definido na lei 4.320/64, todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, não sendo vedadas quaisquer deduções.
  - III. Conforme definido na lei 4.320/64, a Lei de Orçamento não poderá conter autorização ao Executivo para: Abrir créditos suplementares até determinada importância obedecidas as disposições do artigo 43; Realizar em qualquer mês do exercício financeiro, operações de crédito por antecipação da receita, para atender a insuficiências de caixa.
  - IV. Conforme definido na lei 4.320/64, o produto estimado de operações de crédito e de alienação de bens imóveis somente se incluirá na receita quando umas e outras forem especificamente autorizadas pelo Poder Legislativo em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las no exercício seguinte.
  - V. Conforme definido na lei 4.320/64, o tributo é a receita derivada instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinado-se o seu produto ao não custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades.
  - VI. Conforme definido na lei 4.320/64, são Receitas Correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando não destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.
- A) Os itens I e II estão incorretos e os itens III e IV estão corretos.  
 B) Os itens I, II e III estão corretos e os itens IV e VI estão incorretos  
 C) Apenas os itens III, IV e V estão incorretos.  
 D) N.R.A



### QUESTÃO 58

Seguindo no mesmo estudo da Lei 4.320/64, responda, marcando a alternativa que satisfaz a questão.

- I. Receitas de Corrente são as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o *superávit* do Orçamento Corrente.
  - II. O *superávit* do Orçamento Corrente resultante do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes, apurado na demonstração a que se refere o Anexo nº 1 (definido na lei 4.320/64), constituirá item de receita orçamentária.
  - III. Pode-se depreender que Classificam-se como Despesas Correntes as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.
  - IV. Para a lei 4.320/64, classificam-se como Transferências de Custeios as dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manifestação de outras entidades de direito público ou privado.
  - V. Na lei 4.320/64, classificam-se como investimentos as dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material não permanente e constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.
- A) Apenas os itens II, III e V estão incorretos e os itens I, IV estão corretos
- B) Os itens V e VI estão corretos e os itens I e II estão incorretos
- C) Os itens III, IV e V estão incorretos.
- D) Os itens I, II e IV estão corretos

### QUESTÃO 59

Marque a alternativa correta.

- I. De acordo com a lei 4.320/64, podemos depreender que Classificam-se como Inversões Financeiras as dotações destinadas a: I - aquisição de móveis, ou de bens de capital já em utilização; II - aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital e III - constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.
- II. Para a lei 4.320/64, são Transferências de Capital as dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, constituindo essas transferências auxílios ou contribuições, segundo derivem diretamente da Lei de Orçamento ou de lei especialmente anterior, bem como as dotações para amortização da dívida pública.

- III. Pelo entendimento da lei 4.320/64, a proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo nos prazos estabelecidos nas Constituições e nas Leis Orgânicas dos Municípios, compor-se-á: Mensagem, que conterá: exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, documentada com demonstração da dívida fundada e fluante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos financeiros exigíveis; exposição e justificação da política econômica financeira do Governo; justificação da receita e despesa, particularmente no tocante ao orçamento da educação; Projeto de Lei de Orçamento;
  - IV. Se não receber a proposta orçamentária no prazo fixado nas Constituições ou nas Leis Orgânicas dos Municípios, o Poder Legislativo considerará como proposta a Lei de Orçamento vigente no exercício anterior.
  - V. O exercício financeiro coincidirá com o ano civil, pertencendo ao exercício financeiro: as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.
- A) Os itens II e V estão corretos e os itens I e IV estão incorretos
- B) Os itens I, II e III estão corretos e os itens IV e V estão incorretos
- C) Os itens I e II estão incorretos e os itens III e IV estão corretos
- D) Apenas os itens II e III estão corretos

### QUESTÃO 60

Analise os itens abaixo:

1. É incorreto afirmar que sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.
2. É incorreto afirmar que lei complementar poderá estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência de a União, por lei, estabelecer normas de igual objetivo.
3. É incorreto afirmar que a União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios; para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência.
4. É incorreto afirmar que compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas.

A soma dos itens corretos são:

- A) 0
- B) 5
- C) 3
- D) 7



**QUESTÃO 61**

K)

**Analise os itens e responda:**

1. É incorreto afirmar que sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.
2. É correto afirmar que a imunidade tributária entre os entes políticos ocorre entre todos os tributos.
3. É incorreto afirmar que a lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.
4. É vedado à União, instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro, admitida a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento sócio-econômico entre as diferentes regiões do País.

A soma dos itens corretos são:

- A) 2
- B) 3
- C) 5
- D) N.R.A

**QUESTÃO 62**

L)

**Analise os itens abaixo e responda:**

1. Compete aos Estados praianos instituir impostos sobre importação de produtos estrangeiros.
2. É incorreto afirmar que o Município poderá instituir mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição.
3. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos.
4. É facultado ao Senado Federal estabelecer alíquotas mínimas nas operações externas, mediante resolução de iniciativa de um terço e aprovada pela maioria absoluta de seus membros.

A soma dos itens corretos corresponde:

- A) 2
- B) 5
- C) 6
- D) 10

**QUESTÃO 63**

**Analise os itens:**

- I. É correto afirmar que não compreenderá, em sua base de cálculo, o montante do imposto sobre produtos industrializados, quando a operação, realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização ou à comercialização, configure fato gerador dos dois impostos.
- II. Não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica;
- III. Do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.
- IV. Cabe à lei complementar dispor sobre o acompanhamento, pelos beneficiários, do cálculo das quotas e da liberação das participações previstas nos arts. 157, 158 e 159 da Carta maior de 1988.

- A) Todos os itens estão corretos
- B) O Item I está incorreto e os demais corretos
- C) O Item II está incorreto e os demais incorretos
- D) N.R.A

**QUESTÃO 64**

**Sobre as modalidades de lançamento do crédito tributário, podemos afirmar que:**

- A) Lançamento por homologação é feito quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de calcular o tributo, submetê-lo ao prévio exame da autoridade administrativa, e realizar seu pagamento.
- B) O lançamento de ofício é aquele feito pela autoridade administrativa, com base nas informações prestadas pelo contribuinte.
- C) O lançamento por declaração é aquele feito em face da declaração prestada pelo próprio contribuinte ou por terceiro.
- D) A revisão do lançamento, em quaisquer de suas modalidades, pode ser iniciada mesmo após a extinção do direito da Fazenda Pública, nos casos de erro por parte do contribuinte.


**PROVA PARTE VI - LEGISLAÇÃO ESPECIAL**
**QUESTÃO 65**

M)

Julgue os itens abaixo segundo o entendimento atualmente dominante no Supremo Tribunal Federal – STF e marque (V) para proposição verdadeira e (F) para a falsa, e a seguir, assinale a opção que apresenta a resposta correta.

( ) O Pleno do Tribunal já analisou a constitucionalidade do inciso II do art. 198, acrescentado pela Lei Complementar n. 104/2001, que admite, em certas condições, o fornecimento de informações fiscais submetidas a sigilo, independente de autorização judicial, para uma autoridade administrativa (inciso II do art. 198 do CTN).

( ) Ao tempo da edição da Lei Complementar n. 104/2001, que alterou o art. 198 do CTN, o Tribunal entendia imprescindível a autorização judicial para a obtenção das informações fiscais submetidas a sigilo. ( ) A imunidade tributária conferida a instituições de assistência social sem fins lucrativos pelo art. 150, VI, “c”, da CRFB/1988, alcança as entidades fechadas de previdência social privada, independente de haver ou não contribuições dos beneficiários.

( ) A imunidade prevista no art. 150, VI, “d”, da CRFB/1988, abrange os filmes e papéis fotográficos necessários à publicação de jornais e periódicos.

- A) V, V, V, F  
 B) F, V, V, V  
 C) V, V, F, V  
 D) F, V, F, V

**QUESTÃO 66**

Em relação ao tema responsabilidade por infrações da legislação tributária, avalie o acerto das formulações adiante e marque com V as verdadeiras e com F as falsas; em seguida, marque a resposta correta.

( ) A denúncia espontânea da infração, acompanhada de pedido de parcelamento do valor do tributo devido e dos juros de mora e apresentada antes do início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, exclui a responsabilidade do agente.

( ) Salvo disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infrações da legislação tributária depende da intenção do agente.

( ) A responsabilidade é pessoal ao agente quanto às infrações da legislação tributária em cuja definição o dolo específico do agente seja elementar.

- A) V, F, F  
 B) V, V, F  
 C) F, F, V  
 D) F, F, F

**QUESTÃO 67**
**Analise os itens:**

1. A Constituição do Estado do Piauí define que à exceção dos créditos de natureza alimentícia, os pagamentos devidos pela Fazenda Estadual ou Municipal, em virtude de sentença, serão feitos exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais para esse fim.
2. A Constituição do Estado do Piauí define que as dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados ao Poder Judiciário, recolhendo-se as importâncias respectivas à repartição competente, cabendo ao Presidente do Tribunal de Justiça, que proferir a decisão exequenda, determinar o pagamento, conforme as possibilidades de depósito, e autorizar, a requerimento do credor e exclusivamente para o caso de preterimento de seu direito de precedência, o sequestro da quantia necessária à satisfação do débito.
3. A Constituição do Estado do Piauí define que o controle externo é exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado que, de posse do balanço anual do Município, emitirá parecer prévio sobre as contas do Prefeito e da Câmara Municipal, dentro de noventa dias, a contar do recebimento do balanço geral.
4. A Constituição do Estado do Piauí define que o Prefeito e as entidades da administração indireta municipal, objetivando a efetivação do controle externo, enviarão ao Tribunal de Contas do Estado o orçamento do exercício em vigor, até o dia 15 de abril.
5. A Constituição do Estado do Piauí define que os projetos de lei que estabeleçam o plano plurianual, os orçamentos anuais e a lei de diretrizes orçamentárias, caso não sejam apreciados no prazo de trinta dias, são incluídos automaticamente na Ordem do Dia, para discussão e votação, vedado à Câmara Municipal o encerramento da sessão legislativa, enquanto não os apreciar.

A soma dos itens incorretos é:

- A) 3  
 B) 5  
 C) 10  
 D) 12



**QUESTÃO 68**

Analise os itens abaixo quanto ao previsto na Lei 5.001/98 do Estado do Piauí, em especial sobre ICMS:

- I. A lei 5.001, do Estadual do Piauí, define que 75% (setenta e cinco por cento) na proporção do valor adicionado nas operações relativas a circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus respectivos territórios.
  - II. A lei 5.001, do Estadual do Piauí, define que o valor adicionado corresponderá, para cada município, ao valor das mercadorias saídas, acrescido do valor das prestações de serviços, no seu território, deduzido o valor das mercadorias entradas, em cada ano civil.
  - III. A lei 5.001, do Estadual do Piauí, define que o valor adicionado relativo a operações ou prestações espontaneamente confessadas pelo contribuinte não será considerado no período em que ocorrer a confissão.
  - IV. A lei 5.001, do Estadual do Piauí, define que a secretaria Estadual da Fazenda encaminhará ao Tribunal de Contas do Estado, até o dia 31 de abril do ano da apuração, o valor adicionado em cada município, conservando em seu poder os documentos-fonte pertinentes.
  - V. A lei 5.001, do Estadual do Piauí, define que quando decorrentes de decisão judicial, as correções de índice deverão ser publicadas até o dia 20 (vinte) de mês seguinte ao da data do ato que as determinar.
- A) Os itens IV e V estão corretos e s itens I e II incorretos.  
 B) Existem apenas dois itens corretos  
 C) Os itens I e III estão corretos e o item IV incorreto.  
 D) O item V estar corretos e os itens I e II incorretos.

**QUESTÃO 69**

Analise os itens:

1. A lei complementar Nº 028/2003, do Estado do Piauí, define que a administração pública estadual ordena-se segundo princípios de hierarquia, de descentralização interna, de articulação de ações, de atuação executiva concentrada nos serviços essenciais e funções públicas indelegáveis, de promoção de atividades econômicas e de sua regulamentação contra práticas injustas.
2. A lei complementar Nº 028/2003, do Estado do Piauí, define que as entidades da administração indireta vinculam-se às Secretarias de Estado, a que estão sujeitas para efeito de controle e fiscalização.
3. A lei complementar Nº 028/2003, do Estado do Piauí, define que, As unidades administrativas do Gabinete Militar serão chefiadas por Oficial superior ou intermediário do serviço ativo do quadro de combatentes da Polícia Militar do Piauí, ou do Corpo de Bombeiro Militar do Piauí, de livre escolha do Chefe do Poder Executivo, salvo a Diretoria Administrativo-financeira e suas respectivas coordenações, que poderão ser dirigidas por civis.
4. A lei complementar Nº 028/2003, do Estado do Piauí, define que, a Procuradoria Geral do Estado é instituição de natureza permanente, essencial à administração pública estadual, com organização e funcionamento definidos em Lei, cabendo aos Procuradores do Estado exercer a representação judicial e extrajudicial e as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos do Estado.

5. A lei complementar Nº 028/2003, do Estado do Piauí, define que, a Defensoria Pública do Estado do Piauí, instituição essencial à função jurisdicional do Estado, é órgão diretamente vinculado ao Governador, cabendo-lhe prestar assistência jurídica integral e gratuita e a representação judicial e extrajudicial, em todas as esferas administrativas e instâncias judiciais, aos necessitados, com organização e funcionamento estabelecidos em Lei.

A soma dos itens corretos corresponde a:

- A) 3    B) 5    C) 6    D) 9

**QUESTÃO 70**

Analise os itens abaixo:

1. A decisão normativa 001, aprovada no plenário do TCE-PI em 13/12/2012, define que caracteriza-se como dano ao erário, decorrente de ato de gestão, ilegal, ilegítimo ou antieconômico, nos termos do art.122, III, da Lei Estadual nº. 5.888/09, o pagamento de despesas orçamentárias não liquidadas.
2. A decisão normativa 02, aprovada no plenário do TCE-PI, define que constitui grave infração a norma legal, nos termos do art. 122, III, da Lei Estadual nº. 5.888/09, o não envio das contasanuais da Câmara Municipal ao Poder Executivo até 60 (sessenta) dias antes do prazo estabelecido no art. 33, IV, da Constituição do Estado do Piauí ou seu envio em desacordo com a norma que regulamentar a matéria para fins de consolidação e elaboração do balanço geral do município.
3. A decisão normativa 03, aprovada no plenário do TCE-PI, define que constitui grave infração a norma legal, nos termos do art. 122, III, da Lei Estadual nº. 5.888/09, a disponibilização, para consulta e apreciação pelos cidadãos pelo prazo menor que 30 dias, das contas apresentadas pelo Executivo Municipal, conforme preceitua o art. 49, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.
4. A decisão normativa 05, aprovada no plenário do TCE-PI, define que constitui grave infração a norma legal, nos termos do art. 122, III, da Lei Estadual nº. 5.888/09, o não envio ao Poder Legislativo, no prazo 15(quinze) dias, da proposta orçamentária do município, do anteprojeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e do anteprojeto do Plano Plurianual.
5. A decisão normativa 06, aprovada no plenário do TCE-PI, define que os débitos previdenciários do Poder Legislativo serão de responsabilidade deste poder, devendo o Município, através do Poder Executivo, proceder com os respectivos descontos das dívidas previdenciárias do Poder Legislativo nos seus repasses constitucionais (duodécimo). Para consecução dos descontos o Município deverá constar a autorização legal na LDO ou em lei específica, e prever dotação orçamentária na LDO ou em lei específica autorizadora de abertura de crédito especial.

A soma dos itens incorretos é:

- A) 3  
 B) 0  
 C) 7  
 D) 9

**QUESTÃO 71**

Analise os itens e responda em consonância com o previsto na resolução 33/2012 do TCE-PI.

- I. Os extratos e conciliações bancárias devem ser enviados em arquivos em conjunto.
  - II. Os arquivos transmitidos por meio eletrônico que não atenderem aos requisitos indicados nesta Resolução poderão ser rejeitados em qualquer momento e devem ser reenviados pelo gestor em até dez dias da rejeição.
  - III. Os órgãos da administração direta dos Poderes Legislativo, Executivo, Judiciário e o Ministério Público prestarão contas por meio eletrônico de cada uma de suas unidades gestoras, mensalmente, ao Tribunal de Contas, até o trigésimo dia do mês subsequente.
  - IV. As prestações de contas anuais das autarquias e fundações públicas, serão remetidas ao Tribunal de Contas, de forma consolidada por meio eletrônico, até o último dia do mês de janeiro do exercício.
  - V. Os consórcios públicos de que faça parte o Estado do Piauí com outros entes da Federação, seja de direito público ou privado, deverão prestar contas mensalmente ao Tribunal de Contas, até o trigésimo dia do mês subsequente, por meio eletrônico.
- A) Os itens I e II estão incorretos e o item V estar correto.  
 B) Existe apenas dois itens corretos  
 C) Os itens III e IV estão corretos  
 D) Os itens III, IV e V estão incorretos

**QUESTÃO 72**

Analise os itens e responda em consonância com o previsto na resolução 33/2012 do TCE-PI.

- I. Os recursos destinados às ações e serviços públicos de saúde, próprios ou transferidos, devem ser depositados em conta bancária única, bem como controlados e aplicados pelo Fundo de Saúde do Estado do Piauí.
  - II. Os restos a pagar processados sem saldo financeiro e os não processados, mesmo que liquidados e/ou pagos nos exercícios subsequentes, serão considerados no cálculo para apuração do percentual mínimo aplicado em ações e serviços de saúde no exercício em que a despesa foi empenhada.
  - III. A parcela da arrecadação de impostos transferida pelo Estado aos Municípios é considerada receita estadual, para a composição da base de cálculo dos recursos para educação.
  - IV. O titular do Poder Executivo remeterá ao Tribunal de Contas, por meio eletrônico, em até 60 (sessenta) dias após a realização, cópia da ata da audiência pública, realizada até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, para demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais, nos termos do art. 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101/2000, ou declaração negativa nesse sentido.
- A) Os itens I e III estão corretos  
 B) Os itens III e IV estão corretos e o item I estar incorreto  
 C) Existe apenas um item correto  
 D) Os itens II e IV estão incorretos

**QUESTÃO 73**

Analise os itens e responda em consonância com o previsto na resolução 32/2012 do TCE-PI.

1. O chefe do Poder Executivo enviará devidamente consolidados os dados da Administração direta e indireta relativos à execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil através do Sistema SAGRES-Contábil.
2. O chefe dos Poderes Executivo e legislativo enviarão devidamente consolidados os dados da Administração direta relativos à folha de pagamento e ao cadastro de servidores ativos, inativos e pensionistas das unidades gestoras municipais através do Sistema SAGRES-Folha.
3. O prefeito municipal enviará ao Tribunal de Contas a lei orçamentária anual - LOA até 30 (trinta) de janeiro.
4. Os Municípios aplicarão anualmente na manutenção e desenvolvimento do ensino não menos que 25 % (vinte e cinco por cento) da receita resultante de tributos, compreendida a proveniente de transferências.
5. Os recursos recebidos pelo FUNDEB serão utilizados, no exercício financeiro em que lhes forem creditados, em ações consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino para a educação básica pública.

A soma dos itens corretos é:

- A) 3  
 B) 6  
 C) 14  
 D) 15

**QUESTÃO 74**

Analise os itens abaixo:

1. Em consonância com o previsto na resolução 32/2012 do TCE-PI podemos afirmar que até 60 (sessenta) dias após a conclusão de cada licitação realizada, com a devida homologação, será feita sua FINALIZAÇÃO no sistema Licitações e Contratos Web, no qual o responsável deverá indicar todos os licitantes que participaram do certame, bem como informar o resultado da licitação, especificando o vencedor e do valor total de sua proposta.
2. Em consonância com o previsto na resolução 32/2012 do TCE-PI a prestação de contas anual – PCA do município será encaminhada, por meio eletrônico, através do sistema Documentação Web - Balanço Geral Município, pelo prefeito municipal da respectiva gestão, consolidando todas as informações dos Poderes e órgãos da administração direta e indireta municipal, com a mesma abrangência da lei orçamentária anual a que se refere o art. 165, § 5º, da Constituição Federal, até 90 (noventa) dias do encerramento do exercício.



3. Em consonância com o previsto na resolução 32/2012 do TCE-PI havendo mudança de gestor no decorrer do exercício financeiro, o gestor anterior deverá encaminhar a prestação de contas do período de sua gestão, de forma documental, no prazo de até 30 dias contados da data do afastamento do cargo, devendo informar no sistema Cadastro Web a data de finalização de sua gestão.
4. Em consonância com o previsto na resolução 32/2012 do TCE-PI, em consonância com a resolução 13/11, regimento interno do TCE-PI, ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí, órgão de controle externo, compete, nos termos da Constituição Federal, da Constituição do Estado do Piauí e na forma estabelecida na Lei Estadual nº. 5.888, de 19 de agosto de 2009, apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Estadual ou Municipal, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a legalidade dos atos de concessão de aposentadorias, reformas, transferências para a reserva e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório, na forma prescrita em provimento próprio.
5. Em consonância com o previsto na resolução 32/2012 do TCE-PI, em consonância com a resolução 13/11, regimento interno do TCE-PI, é correto afirmar que os conselheiros é parte integrante do Tribunal de Contas do Estado do Piauí.

A diferença entre a soma dos itens corretos, subtraído da soma dos itens incorretos é:

- A) 3
- B) 5
- C) 7
- D) 2

5. Em consonância com o previsto na resolução 32/2012 do TCE-PI, cabe pedido de reexame, com efeito suspensivo, interposto uma só vez e por escrito,
6. dentro do prazo de quinze dias contados a partir da publicação da decisão, contra decisão de mérito, em processo de fiscalização de atos sujeitos a registro.

A diferença entre a soma dos itens incorretos, subtraído da soma dos itens corretos é:

- A) 3      B) 4      C) 6      D) 9

### QUESTÃO 76

Analise os itens:

1. Em consonância com a Resolução TCE-PI, 05/13, podemos afirmar que após o julgamento, os processos relativos a atos de admissão e respectivos acórdãos, necessitam ser remetidos à Divisão de Admissões, Aposentadorias e Pensões – DAAP, para fins de registro, devendo os assentamentos de praxe ficarem a cargo da Secretaria das Sessões.
2. Em consonância com a Resolução TCE-PI, 06/13, podemos afirmar que após o trânsito em julgado da decisão que aplique multa, e emitida a Certidão de Trânsito em Julgado, expedir-se-á notificação ao responsável, através de carta registrada, para pagamento voluntário dentro do prazo de 15 (quinze) dias, advertindo-lhe das consequências do inadimplemento da obrigação, enviando-se também as guias de recolhimento.
3. Em consonância com a Resolução TCE-PI, 907/09, podemos afirmar que a autoridade responsável por ato de admissão na administração direta e indireta, nos poderes e no Ministério Público da administração estadual e municipal, deverá informá-lo ao Tribunal de Contas via sistema RHWeb- Módulo: AdmissõesWeb, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de início do efetivo exercício.
4. Em consonância com a Resolução TCE-PI, 907/09, podemos afirmar que nos casos de servidores cadastrados no sistema RHWeb que optarem pela exclusão ou desligamento, vacância, rescisão contratual, as unidades gestoras deverão registrar no sistema as referidas informações, 30 (trinta) dias após o respectivo ato.
5. Em consonância com a Resolução TCE-PI, 907/09, podemos afirmar que caberá a unidade técnica incumbida do exame de atos de pessoal de admissão a emissão de relatórios quadrimestrais os quais, após concluídos, serem submetidos ao Relator.

A diferença entre a soma dos itens incorretos, subtraído da soma dos itens corretos é

- A) 2
- B) 3
- C) 5
- D) 7

### QUESTÃO 75

Analise os itens abaixo:

1. Em consonância com o previsto na resolução 32/2012 do TCE-PI, das decisões em processos de consulta cabe apenas recurso, embargos de declaração.
2. Em consonância com o previsto na resolução 32/2012 do TCE-PI, é correto afirmar que não cabe recurso de decisão que determinar a instauração de tomada de contas, inclusive especial, receber denúncia ou representação, apreciar consulta formulada ao Tribunal, ou determinar citação, notificação, diligência, inspeção ou auditoria.
3. Em consonância com o previsto na resolução 32/2012 do TCE-PI, cabe ao terceiro interessado, que ainda que seja parte, demonstrar, na peça recursal, em preliminar, o seu interesse em intervir no processo, devendo o relator decidir sobre sua admissibilidade no processo.
4. 4 - Em consonância com o previsto na resolução 32/2012 do TCE-PI, pode-se afirmar que da decisão definitiva em processo de prestação de contas, tomada de contas ou tomada de contas especial cabe recurso de revisão, com efeito suspensivo, interposto uma só vez e por escrito, dentro do prazo de trinta dias contados a partir da publicação da decisão.



**QUESTÃO 77**

Q)

Analise os itens abaixo:

1. Em consonância com a resolução 08/12 do TCE-PI, podemos afirmar que a remessa dos dados por via eletrônica deverá ser realizada em até 30 (trinta) dias subsequentes ao mês vencido.
2. Em consonância com a resolução 16/12 do TCE-PI, podemos afirmar que a Comissão de Regimento e Jurisprudência, prevista no Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, instituída em caráter permanente, será composta pelo Vice-Presidente do Tribunal, pelos Presidentes da Primeira e Segunda Câmara, pelos Conselheiros Substitutos que atuam na Presidência e por 02 (dois) servidores escolhidos pelo Plenário do Tribunal de Contas que não terão direito a voto.
3. Para o definido na resolução 21/12 do TCE-PI, podemos afirmar que Infrator é aquele que voluntariamente ou por culpa viola preceito legal.
4. Para o definido na resolução 21/12 do TCE-PI, podemos afirmar que a lavratura do Auto de Infração inicia o devido processo legal e, desde logo, a contagem do prazo de 30(trinta) dias para a apresentação de defesa escrita.
5. Para o definido na resolução 21/12 do TCE-PI, podemos afirmar que auto de infração que apresentar vício sanável e, desde que não acarrete lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, poderá ser convalidado pela autoridade julgadora competente, mediante despacho saneador.

A diferença entre a soma dos itens corretos, subtraído da soma dos itens incorretos é:

- A) 2  
B) 3  
C) 4  
D) 5

R)

**QUESTÃO 78**

Analise os itens abaixo:

- I. Para o definido na resolução 18/11 do TCE-PI, é correto afirmar que considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário Oficial Eletrônico.
- II. Para o definido na resolução 18/11 do TCE-PI, é correto afirmar que os prazos processuais terão início no primeiro dia que seguir ao considerado como data da publicação.
- III. Para o definido na resolução 18/11 do TCE-PI, é correto afirmar que o Diário Oficial Eletrônico será publicado diariamente, de segunda a sexta-feira.
- IV. Para a Constituição do Estado do Piauí, o Estado e os Municípios poderão instituir planos e programas, isolados ou conjuntos, de previdência e assistência social para seus servidores, com base em contribuições e esse fim destinadas.

- A) Existe apenas dois itens corretos  
B) O item I estar corretos e o item IV incorreto  
C) Os itens I, II e III estão corretos  
D) Os itens I e II estão incorretos

**QUESTÃO 79**

Analise os itens a seguir e responda:

- I. Define a Resolução 33/2012 – TCE-PI, que em ocorrendo falecimento do gestor, o responsável pela prestação de contas será aquele que recebeu, durante a gestão, a função delegada de ordenador de despesas.
- II. Define a Resolução 33/2012 – TCE-PI, que os responsáveis pelas Unidades Gestoras deverão informar, através do sistema Cadastro Web disponibilizado por este TCE, mudança de gestor e/ou ordenador de despesas no prazo de 15 dias a contar da publicação do ato que determinou a modificação.
- III. Define a Resolução 33/2012 – TCE-PI que ocorrendo término de gestão decorrente da extinção, dissolução, liquidação, transformação, incorporação, fusão, cisão e outros eventos semelhantes, a unidade administrativa, órgão ou entidade, conforme o caso, deverá encaminhar, sem prejuízo da prestação de contas mensal devida, a prestação de contas consolidada, contendo as mesmas peças da prestação de contas anual, em até 30 (trinta) dias contados da data da ocorrência.
- IV. Define a Resolução 33/2012 – TCE-PI, que os responsáveis pela conformidade contábil dos dados registrados no SIAFEM terão até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente ao vencido para procederem aos ajustes necessários e efetuar a conformidade das informações contidas no Sistema.

- A) O item I estar incorreto e o item IV correto  
B) Os itens II e III estão corretos  
C) Somente o item I estar correto  
D) O item II estar incorreto e o item IV correto

**QUESTÃO 80**

Analise os itens e responda.

1. A lei Complementar 028 de 2003(Estado do Piauí), define que a Governadoria do Estado é integrada pelo Gabinete do Governador, Secretaria de Governo, Gabinete Militar e Secretaria de Gestão Interna.
2. A lei Complementar 028 de 2003(Estado do Piauí), define que a Controladoria-Geral do Estado é o órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo Estadual, competindo-lhe proceder ao exame nos processos originários de atos de gestão orçamentárias, financeira e patrimonial dos órgãos e entidades da administração pública estadual e nos de aplicação de recursos públicos estaduais por entidades de direito privado, emitindo parecer técnico.
3. Define o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Piauí que verificando-se a responsabilidade de outros agentes públicos ou particulares não arrolados na autuação, a unidade técnica da Secretaria do Tribunal responsável pela instrução deverá identificá-los, recomendando ao relator a sua inclusão no rol dos qualificados do processo, para o exercício do contraditório e da ampla defesa.
4. Define o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Piauí que a fase de instrução encerra-se com a elaboração do relatório de instrução e o competente termo de conclusão.

A soma dos itens incorretos é:

- A) 0 B) 3 C) 5 D) 7